

Lauro Francisco Mattei¹
Daniel Cardoso de Andrade²

Agroindústrias e projetos de assentamentos de reforma agrária: considerações acerca da trajetória recente

Introdução

A principal atividade econômica dos assentamentos da reforma agrária brasileira tem sido a produção de alimentos para o autoconsumo e para abastecimento do mercado interno. Com o objetivo de manter a sustentabilidade econômica das famílias assentadas, essa atividade é desempenhada de diversas formas, envolvendo nos processos produtivos diferentes fatores de produção e incorporando distintas estratégias de organização produtiva.

O debate sobre o desenvolvimento de formas produtivas para os assentamentos ganhou maior relevância a partir das décadas de 1980-90, quando o fortalecimento dos movimentos sociais rurais recolocou na agenda nacional a questão agrária. Naquele momento, a reforma agrária deixou de ser entendida apenas como instrumento de democratização das terras improdutivas, passando a ser discutida também a partir da viabilidade da produção e da comercialização das famílias assentadas, fatores imprescindíveis para mantê-las produtivamente nos assentamentos rurais. Essa ampliação no rol de demandas para a reforma agrária refletiu as dificuldades encontradas na própria dinâmica da disputa pela terra, fato que levou o Movimento Sem Terra (MST) a priorizar a tese de “Ocupar, Resistir e Produzir”, isto é, a incorporar no processo de luta temas relacionados à produção, aos mercados e aos financiamentos (MEDEIROS, 2009).

A saída encontrada pelo MST para viabilizar economicamente os assentamentos frente à expansão do modelo agropecuário exportador de *commodities* foi incentivar a organização dos assentados em estruturas coletivas. Ou seja, estimulou-se a gestão das terras reformadas a partir da

¹ Professor do curso de Graduação em Economia e do Programa de Pós-Graduação em Administração, ambos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: l.mattei@ufsc.br.

² Economista formado pela UFSC. E-mail: dancandrade@gmail.com.

visão de “cooperação agrícola”, onde os trabalhadores se articulavam em formas de associações ou cooperativas, unindo forças para produzir excedentes. Neste sentido, o MST passou a considerar a cooperação agrícola uma forma superior de organização do trabalho e de produção para assentamentos rurais, pois esse modelo romperia a barreira da produção apenas para o autoconsumo e garantiria a sustentabilidade econômica das famílias (BORGES, 2009). Entretanto, o modelo de produção baseado exclusivamente na cooperação aos poucos apresentou limitações no processo de desenvolvimento dos assentamentos, fato que estimulou a reorientação das formas de produção no sentido agroindustrial. Dessa maneira, tornou-se fundamental para os assentados apropriar-se da tecnologia disponível, estimulando a mecanização das atividades, a produção em escala, a competição no mercado e a implantação de agroindústrias (CONCRAB, 1999, *apud* MONTEIRO, 2004). Desta forma, as agroindústrias se transformaram em fator-chave para a produção rural familiar dos assentados, pois se entendia que elas seriam capazes de aumentar a produtividade e elevar o preço final do produto e, conseqüentemente, tornar as atividades suficientemente competitivas para assegurar renda aos trabalhadores rurais.

Desde então, grande parte das discussões sobre aspectos produtivos dos assentamentos rurais é permeada pela lógica da agroindustrialização como forma de se garantir renda. Pode-se dizer que esse ponto ainda é considerado fundamental, tanto para a estratégia do MST quanto para o governo federal, conforme discurso de posse da presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 2015. Para essa autoridade, a preocupação governamental sobre o tema requer um pacto pelo reposicionamento do INCRA como órgão voltado ao desenvolvimento territorial, focando na agroindústria cooperativa e nas cidades rurais (FALCÓN, 2015). Se, por um lado, a presidente do INCRA insere uma nova concepção de fortalecimento para os assentamentos ao relacionar as áreas da reforma agrária ao desenvolvimento territorial, por outro, o método de organização e as estruturas produtivas continuam sob as formas idealizadas na década de 1990, ou seja, as cooperativas e as agroindústrias.

Diante deste cenário, o presente artigo procura contribuir com a discussão acerca da agroindustrialização enquanto estratégia de estabilidade econômica das famílias assentadas. Para tanto, o trabalho é composto por mais quatro seções, além desta breve introdução. Na primeira delas, recupera-se a trajetória histórica dos assentamentos e as transformações tecnológicas do campo. A segunda seção discute o processo de criação e expansão das agroindústrias familiares como estratégia de viabilização econômica e social dos assentamentos rurais. A terceira seção mostra a situação atual dos assentamentos rurais e os

programas de crédito que atendem aos agricultores assentados. A quarta seção apresenta as considerações finais do trabalho, destacando a necessidade se rediscutir o processo de agroindustrialização no âmbito da política agrária.

Formação histórica e contexto da política de assentamentos

A disputa pela terra no Brasil começou desde o início do processo colonizador europeu em solos americanos. A partir de então, começaram as lutas “contra o cativo da terra, contra a expropriação, contra a expulsão e contra a exclusão, que marcam a história dos trabalhadores desde a luta dos escravos, da luta dos imigrantes, da formação das lutas camponesas” (FERNANDES, 2001, p. 25). Com a expansão da colonização e a organização econômica do Brasil como empresa agrícola escravocrata, que teve o açúcar como produto pioneiro, a forma de resistência dos povos originários e imigrantes desprivilegiados passou a ter relação íntima com o conflito territorial. O quilombo, exemplo de espaço de defesa, foi o “território livre”. Era a terra onde negros, índios, trabalhadores livres e marginalizados pela sociedade colonial, cultivavam suas roças de milho, feijão, mandioca, cana-de-açúcar, criavam animais, caçavam e pescavam (FERNANDES, 2001).

Desde as capitânicas hereditárias até 1850, quando a Lei de Terras regulamentou pela primeira vez a propriedade privada no país, o acesso às terras era exclusividade da nobreza. Após a promulgação dessa lei, ficou “proibida a obtenção de terras através de formas que não fossem o comércio do imóvel” (BRASIL, Lei 601 de 18 de setembro de 1850). Desta maneira, iniciou-se um processo de cercamento das propriedades que favoreceu os latifundiários, pois os legitimava como proprietários, ao mesmo tempo em que impedia que trabalhadores sem terra, ex-escravos e imigrantes tivessem acesso à terra. Além disso, a lei permitiu a expropriação de posseiros e propiciou a grilagem, o tráfico de terras, pelos poderosos coronéis regionais. Em 1888, com o fim da escravidão num contexto de inacessibilidade às terras cercadas, o escravo liberto ficara limitado à estrada, sem nem mesmo conseguir viver sob a forma de quilombo, restando-lhes a venda assalariada de sua força de trabalho para a indústria nascente ou para os cafeicultores e fazendeiros em geral. Juntamente com os ex-escravos, os trabalhadores imigrantes, vindos da Europa para os estados do Sul e São Paulo, também seguiram na peregrinação em busca de terras cultiváveis. Essa massa de pessoas desenraizadas, obrigadas a migrar ininterruptamente, moldaram o campesinato brasileiro e formaram a categoria chamada de sem-terra (FERNANDES, 2001).

O desenrolar histórico dos conflitos pela terra perpassa Canudos (1897), Contestado (1916) e o Cangaço, nos levando até meados do século

XX, quando a disputa pela terra se transformaria em luta pela reorganização estrutural do espaço agrário brasileiro e ganharia espaço na agenda política nacional. A primeira referência de luta pela reforma agrária apareceria por volta de 1945, após a ditadura Vargas, quando surgiram as Ligas Camponesas, “uma grande e organizada mobilização de trabalhadores agrícolas em quase todos os estados brasileiros” (MORAIS, 2012, p. 22). Essas Ligas, que eram articuladas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), foram reprimidas pelo governo Dutra, mas ressurgiram em 1954, no estado de Pernambuco. Ao mesmo tempo, outras frentes de trabalhadores rurais pela reforma agrária começaram a se organizar. O mesmo PCB fundaria a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (ULTAB), entidade “que pretendia criar as condições necessárias para formar uma aliança política entre os operários e os camponeses” (FERNANDES, 2001, p. 34). A ULTAB alcançaria expansão nacional e somente não se fixaria em Pernambuco, centro das Ligas Camponesas, e no Rio Grande do Sul, onde havia o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), organização apoiada pelo então governador Leonel Brizola, do PTB.

Já no início dos anos 1960, com a intensificação das lutas e a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), o tema da reforma agrária passou a ser peça central na conjuntura política e econômica do país. Mediante um contexto industrial instável e frente aos problemas produtivos na agricultura, o assunto era pautado em instâncias sindicais, nos partidos políticos, na Igreja católica, na academia, bem como pelo governo João Goulart, que criou a Superintendência de Política Agrária (SUPRA) para tratar da reforma agrária, um dos pilares do Plano Trienal. A interrupção do regime democrático pelo golpe militar de 1964, todavia, desviou o debate sobre a distribuição de terras. Entre as primeiras medidas do General Castelo Branco, constam a extinção da SUPRA; a criação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA); do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA); e promulgação do Estatuto da Terra, ainda no ano de 1964.

O Estatuto da Terra teve como objetivo abafar os ânimos dos camponeses, centralizando no Estado todas as operações que envolvessem qualquer tipo de distribuição de terras no país. Por meio do Estatuto, os militares estabeleceram um aparato de controle sobre a questão agrária que daria margem para o governo executar sua concepção de reforma agrária. Tal concepção se limitava na utilização de tributos e projetos de colonização, de modo que a desapropriação era uma exceção (FERNANDES, 2001). Ao mesmo tempo em que a ditadura militar reprimia com violência o conjunto dos movimentos sociais, a institucionalização da reforma agrária retirava dos setores populares a legitimidade para atuar na democratização das terras. Desse modo, o

enquadramento da reforma agrária nos moldes controlados pela política de assentamentos desenraizou o movimento agrário de suas origens sociais, deslocando-o para o âmbito técnico visando à busca de eficácia (MENDONÇA, 2010). Além disso, o mecanismo do módulo rural estabelecido pelo Estatuto da Terra alterou profundamente a configuração do propósito camponês, pois estabeleceu o crescimento da produtividade como obrigação econômica das propriedades familiares, doutrina do uso racional da terra, da rentabilidade e do desenvolvimento nacional (BRUNO, 1995).

Apesar da repressão aos movimentos populares pela ditadura, a não priorização da reforma agrária proporcionou a expansão dos conflitos e das lutas durante a década de 1970 (FERNANDES, 2001). Cresceram diversas frentes de luta, destacando-se as lutas dos assalariados do campo por melhores condições e salários; a dos posseiros contra a grilagem e rapinagem dos latifundiários e empresas rurais; e a frente dos sem-terra, com acampamentos e ocupações. Como resultante dessas lutas, surgiu em 1984 o Movimento dos Sem Terra (MST), movimento que logo conquistou abrangência nacional e se tornou o principal agente social de luta pela reforma agrária no período pós-redemocratização do Brasil. A partir da territorialização da luta exercida pelos sem-terra organizados e das mudanças na ordem legal,³ a política de assentamentos rurais ampliou seu escopo e passou a assentar famílias para além da estratégia de colonização executada durante o regime militar.

Vale lembrar que ao longo desse processo de expansão do número de assentamentos rurais foram implementados dois Planos Nacionais de Reforma Agrária (PNRA). O primeiro, lançado em 1985 pelo Governo Sarney, foi pouco efetivo e serviu, a exemplo da ditadura, como uma resposta à movimentação popular que se intensificava no período de redemocratização. O II PNRA entrou em vigor em 2003, com a ascensão de Lula ao governo, e corresponde ao período de maior criação de projetos de assentamentos. Todavia, o salto no número de assentamentos contrasta com o modelo de reforma agrária inserido por FHC, que utilizou mecanismos incentivados pelo Banco Mundial - Crédito Fundiário, Banco da Terra, Fundo da Terra etc. - para a aquisição das terras improdutivas (MENDONÇA; RESENDE, 2004). A aplicação do instrumento de compras governamentais para executar a distribuição de terras, em detrimento da via constitucional, atribui à política de assentamentos um vínculo com o mercado de terras, pois estimulam movimentos especulativos sobre o preço dos imóveis rurais (MATTEI, 2012).

³ A Constituição de 1988 e da Lei Agrária de 1993 possibilitaram a desapropriação das terras para fins de reforma agrária que não cumprissem sua função social, por meio da fixação de novos parâmetros legais para a execução dos programas de reforma agrária no país.

As informações registradas no banco de dados do INCRA mostram que desde o início da política de assentamentos, em 1964 até dezembro de 2014, foram realizados 9.252 Projetos de Assentamentos (PA) em cerca de 88 milhões de hectares, o que equivale a uma capacidade para abrigar 1.283.872 famílias. Em média, o Estado assentou 138 famílias e 9.545 hectares por projeto de assentamento. Os anos de 2013 e 2014 apresentaram a média de 223 famílias por projeto, maiores valores registrados na evolução da política de assentamentos. Em contrapartida, 2013 e 2014 detiveram as menores médias de área por família assentada (11 e 13 hectares por família, respectivamente) e de área por projeto realizado (em torno de 3.000 hectares por PA), indicando um processo de redução do tamanho dos lotes familiares nos assentamentos mais recentes, processo acompanhado da diminuição do volume anual de terras incorporadas ao programa nacional de reforma agrária.

Ao longo dos anos, vale destacar que a área média anual por PA foi superior entre os anos de 2003 e 2011, com exceção do período “até 1995”, que representam assentamentos direcionados principalmente às áreas de colonização do país durante o regime militar. A Tabela 1 apresenta os dados em faixas anuais relativas aos governos vigentes. Nota-se que o primeiro mandato do Governo Lula foi o maior em termos percentuais de projetos de assentamentos, famílias assentadas e área incorporada. Destaca-se, também, que durante os dois mandatos do Governo FHC foram criados cerca de 42% dos PAs, todavia incorporou-se apenas 21% da área total reformada, ou seja, neste período, a política de assentamentos empenhou-se em criar projetos, mas não em desconcentrar a estrutura agrária nacional. Já o primeiro Governo Dilma (2011-2014) detém as menores porcentagens em termos de projetos criados, famílias assentadas e área incorporada.

Tabela 1 – Proporção dos projetos de assentamentos, famílias assentadas e áreas reformadas no Brasil por faixa de anos

Faixa de anos	Projetos Criados (%)	Famílias (%)	Área (%)
Até 1995	14,30	8,70	21,55
1996 a 1998	20,96	16,10	10,97
1999 a 2002	21,05	20,83	9,87
2003 a 2006	24,94	28,71	35,62
2007 a 2010	13,21	17,27	18,62
2011 a 2014	5,54	8,39	3,37
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: INCRA – Relatórios SIPRA.

A redução do ritmo da política de assentamentos nos últimos anos inverte a ascensão da área reformada iniciada nos mandatos do Governo Lula. Vale ressaltar que a opção governamental pela redução da política de assentamentos situa-se num momento de crise de acumulação de capital no Brasil, o que implica na preferência por uma política voltada ao agronegócio como principal setor responsável pela obtenção de divisas monetárias visando a estabilização do Balanço de Pagamentos do país. Neste caso, justifica-se a estratégia adotada sob a argumentação da necessidade de uma maior “qualificação produtiva dos assentamentos” em detrimento da implantação de novos projetos.

Notas sobre transformações no espaço dos assentamentos rurais *Tecnologia, financeirização e subordinação*

A introdução de tecnologias produtivas nas pequenas propriedades rurais acompanhou de forma defasada a modernização dos grandes produtores. De acordo com Paiva (1971) *apud* Matos e Pessoa (2011), a transformação da base técnica na agricultura não atingiu todos os produtores, produtos e espaços, de forma que este processo pode ser caracterizado como desigual e contraditório. No mesmo sentido, Delgado (2012) aponta que o afastamento dos sindicatos de outras representações dos trabalhadores e de produtores familiares dos planos de modernização tecnológica aprofundou a desigualdade do sistema econômico como um todo, e não somente do setor rural. Graziano (1999), por sua vez, ressalta que a insuficiência de assistência técnica e de recursos financeiros e produtivos destinados às pequenas propriedades rurais tornaram-se fatores limitantes da modernização do setor camponês, o que conduziu a um diferencial de produtividade em relação às unidades que foram intensamente modernizadas.

A modernização expansiva do espaço rural brasileiro teve início durante período ditatorial e foi marcada pela inserção de mecanizações e outras tecnologias na produção das grandes propriedades, e marcou a transformação da relação entre capital e trabalho no campo. Ou seja, esta fase combinou a mudança técnica da base produtiva agropecuária com a construção de “complexos agroindustriais” financeiramente integrados, os quais, por sua vez, aprofundaram a divisão do trabalho no espaço rural brasileiro. A política econômica dos militares revelou-se uma estratégia conservadora para a agricultura, pois promoveu um processo de articulação do grande capital agroindustrial e do sistema de crédito público com a grande propriedade fundiária (DELGADO, 2012).

Para Graziano (1996), a agricultura moderna atual foi concebida a partir de quatro fases distintas, porém articuladas entre si. A primeira diz respeito às transformações da base técnica, articulada pelo Estado e pelas empresas estadunidenses. A segunda etapa caracteriza-se pela

industrialização da produção rural com o surgimento de indústrias de bens de produção agrícolas e de grãos voltados ao mercado externo. Na terceira fase, aconteceu a interação entre a agricultura e a indústria. E por último, efetivou-se a integração de capitais (agrários, industriais e bancários) sob o controle do capital financeiro. A reestruturação da relação do capital com o espaço agrário, advinda da integração agricultura-indústria financeiramente centralizada, propiciou uma inter-relação setorial maior entre insumos, bens de capital e meios de produção. Esse sistema ganhou força durante a década de 1970 e passou a representar a face moderna da agricultura, que também incluiu a integração às diversas correntes do mercado internacional agrícola e agroindustrial (DELGADO, 2012).

Importante frisar que a passagem do “complexo rural” brasileiro para o “complexo agroindustrial” foi alcançada substancialmente a partir da atuação do aparelho estatal, que regulamentou, direcionou e executou a política de modernização agrícola. Essas transformações da economia agrícola brasileira teve como alicerce central a reorientação da política agrícola, por meio da estruturação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), a partir do ano de 1965. De acordo com Delgado (2012), este mecanismo visava realizar a integração técnica agricultura-indústria, aprofundando as relações de crédito no setor rural. Isto é, ampliando e direcionando a oferta de créditos rurais, concedendo desonerações aos riscos produtivos (garantias para os preços de venda, seguro safra e seguro de crédito para a produção), proporcionando incentivos fiscais (descontos no Imposto de Renda e no Imposto Territorial Rural) e estimulando o consumo de pacotes tecnológicos da chamada “Revolução Verde”. Em outras palavras, “forja-se a acumulação de capital no âmbito desses setores amalgamados pelo dinheiro público – complexos agroindustriais agricultura, sistema de crédito e mercado de terras, como novo estilo de capitalismo agrário” (DELGADO, 2013, p. 62). Da mesma forma, o capital financeiro na agricultura se configura como um pacto de economia política entre cadeias agroindustriais, grande propriedade fundiária e o Estado (DELGADO, 2012).

Na economia real, esse processo incentivou o uso extensivo da terra, favoreceu a monocultura, aumentou a composição orgânica do capital e proporcionou a criação de um mercado intersetorial interno de bens de produção, ao passo que na esfera financeira provocou um movimento especulativo sobre os preços dos produtos agrícolas exportáveis e sobre o mercado de terras, abrindo espaços para aplicações do capital. A propriedade rural, assim, ao “permitir ganhos especulativos e ganhos de função, tornou-se um ativo alternativo para o grande capital” (GRAZIANO, 1999, p. 90).

A exclusão dos pequenos produtores da política agrícola e do padrão tecnológico refletiu-se no processo de desterritorialização forçada, provocada pela expansão do capital centralizador de terras. Se, por um lado, os espaços urbanos brasileiros receberam um massivo êxodo rural entre as décadas de 1960 e 1980, por outro, os trabalhadores que permaneceram no campo transformaram-se em mão de obra para o grande setor rural ou foram incorporados junto com suas glebas ao funcionamento dos complexos agroindustriais. Neste sentido, de acordo com Graziano (1999), o campesinato remanescente que fora envolvido pela dinâmica imposta pelo capital na agricultura brasileira passou a ser subordinado a esse circuito. O autor ressalta que as unidades camponesas tornaram-se dependentes dos mecanismos estruturais do mercado, tanto para a obtenção de seus meios de vida como para aquisição de insumos, instrumentos, venda de sua produção, financiamentos, investimentos etc. Desta forma, o desenvolvimento desigual das forças produtivas no campo reinventou a pequena produção, tornando-a subalterna ao domínio da grande propriedade rural, do capital comercial e do capital agroindustrial que concentravam a difusão de tecnologias.

A implicação direta do baixo grau tecnológico dos lotes somado à restrição no limite de terras cultiváveis repercutiu negativamente na participação da produção agrícola familiar na produção agropecuária global do país. Além disso, as adversidades enfrentadas pelos pequenos agricultores, em concorrência direta com grandes conglomerados alimentícios, dificultaram a sobrevivência dos camponeses que dependiam exclusivamente do plantio agrícola (EID *et al.*, 2015). Como os assentamentos rurais de reforma agrária são formados por pequenos produtores familiares, os efeitos das condições impostas pelo contexto modernizante logo se fizeram presentes.

Para Delgado (2012), a partir da estabilização macroeconômica desarticulou-se o projeto agrícola cunhado pela “modernização conservadora”. Neste sentido, pode-se dizer que a Cédula do Produtor Rural (CPR), criada em 1994, reflete o deslocamento do suporte estatal para a articulação dos setores privados, na medida em que os produtores rurais e as grandes cooperativas foram autorizadas a emitir títulos para captar recursos de agentes privados visando compor o capital de giro e aquisições de insumos. A CPR, portanto, foi o primeiro mecanismo privado de financiamento agropecuário e favoreceu principalmente as multinacionais exportadoras, que tiveram acesso às terras a baixo custo.

A reorganização da política agrícola agroindustrial para exportação, naquele período denominada de agronegócio, encontrou no comércio internacional um ambiente favorável para os preços das *commodities*, muito por conta das grandes quantidades comercializadas de soja, milho, carnes, aves, açúcar, álcool, celulose e minérios para a Europa, Estados Unidos e China. Com isso, “em pouco mais de uma década, 1999-2012, o país

quintuplica em dólares suas exportações passando de 50,0 bilhões a 250,00 bilhões” (DELGADO, 2013, p. 63).

Esse contexto retomou o enredo econômico da política de exportação de produtos primários e todo seu arcabouço produtivista. No entanto, “essa estratégia tem agora certa centralidade no sistema econômico, diferentemente da subsidiariedade à industrialização, como fora no passado” (DELGADO, 2013, p. 63). Ou seja, a acumulação baseada na articulação entre Estado, agricultura para exportação, complexos agroindustriais, sistema de crédito e mercado de terras, a partir dos anos de 1990, passou a ser a estratégia “macroeconômica” prioritária de todos governos subsequentes.

Nesse contexto de exportação de *commodities*, expansão tecnológica e aprofundamento do capital financeiro no campo, surgiu o primeiro programa de apoio institucional aos pequenos produtores, no governo Itamar Franco, em 1994, como resultado de crescentes pressões sindicais. O chamado Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP) surge como um instrumento que visava prover crédito agrícola através do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Segundo Eid *et al.* (2015), a reformulação da concepção e abrangência desse programa deu origem, em 1996, ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), principal plataforma nacional de suporte aos pequenos produtores. Desde então, diversas políticas, programas e outras ramificações de apoio aos agricultores familiares foram sendo criadas, adaptadas ou ampliadas em torno do acesso aos recursos, desenvolvimento tecnológico e comercialização da produção familiar. No que se refere à agroindustrialização familiar, destacam-se: o Pronaf Agroindústria (1999); a linha AGREGAR (Linha de Crédito de Investimento para Agregação de Renda à Atividade Rural), ramificação do Pronaf Agroindústria; o Programa Terra Sol (2004), criado como parte do II PNRA e do Plano Plurianual (PPA); o crédito Finame (Financiamento de Máquinas e Equipamentos - BNDES); e o Programa Terra Forte (2013), direcionado às famílias alocadas em Projetos de Assentamento. Além desses, também surgiram Programas Estaduais de Agroindústrias Familiares (PEAF), o Programa Territórios Rurais (MDA), além de programas de assistência técnica; formação governamental de estoque dos produtos agroindustriais; e redes de segurança alimentar voltados para a agricultura familiar e assentamentos rurais.

Diante das novas circunstâncias da economia rural brasileira a partir da década de 1990, o fenômeno de agroindustrialização das cooperativas familiares, ao mesmo tempo em que molda suas particularidades, acaba também reproduzindo a lógica do complexo agroindustrial tradicional. Isso porque, embora abranja uma ampla gama de estruturas sociais, a inserção econômica agroindustrial de caráter familiar se dá na mesma lógica de mercado da agroindústria convencional (MIOR, 2007). Ou seja, o modelo

aposta na produção em escala e na especialização como estratégia de organização da produção e industrialização, mesmo que as escalas possibilitadas pelo sistema agroindustrial cooperativo sejam menores que as da agroindústria convencional (MIOR, 2007). Além do que, “a reflexividade dos agricultores em relação à experiência da integração com a agroindústria convencional é uma situação sempre presente. É ela que informa e se transforma em ponto de passagem quando da decisão e ação dos agricultores em constituírem uma agroindústria” (MIOR, 2003, p. 190).

No que se refere à produtividade do padrão agroindustrial, é importante mencionar estudo comparativo do IPEA (2013) sobre agroindústrias familiares e não familiares baseado nos dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2006. O relatório mapeou os principais produtos das agroindústrias familiares e, em seguida, estimou as escalas produtivas médias das mercadorias em questão, conforme Tabela 2. Em média, a agroindústria familiar produziu mais toneladas de farinha de mandioca e tapioca ao ano do que a agroindústria não familiar. Em compensação, nos demais produtos, a escala produtiva da agroindústria não familiar prevaleceu. Segundo essa fonte, a diferença na escala produtiva ocorre por conta da especialização da agroindústria não familiar. Ou seja, por conta do caráter diversificado presente nas unidades familiares de produção, a agroindústria familiar tem seu nível máximo de produtividade limitado. Já a atividade não familiar, ao se concentrar em uma única atividade na propriedade, abre a possibilidade de trabalhar com escala maior. Isso significa dizer que o êxito produtivo maior por parte da agroindústria não familiar estaria ligado à sua forma especializada de produção que, no limite da disputa econômica, é dominada pelo uso em escala de um mesmo insumo produtivo.

Tabela 2 – Produtividade média anual de agroindústrias familiares e não familiares (2006)

Produtos agroindustriais	Agricultura Familiar	Agricultura não familiar
Fubá de milho (t)	1,4	6,8
Farinha de mandioca (t)	5,1	4,6
Tapioca e/ou goma (t)	1,2	0,8
Queijo e/ou requeijão (t)	1,2	2,3
Aguardente de cana (mil litros)	5,7	31,9
Rapadura (t)	1,9	5,5
Doces e geleias (t)	0,3	1,3
Embutidos (t)	0,1	0,6

Fonte: Censo Agropecuário 2006 – tabulação especial realizada pelo IBGE (2010).

Elaboração: projeto entre IPEA e Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul de 2010-2011.

Produção camponesa, Cooperativas e Agroindústrias Familiares

Com a evolução do número de famílias assentadas, o MST passou a se preocupar também com o processo de desenvolvimento econômico dos assentamentos, auxiliando em suas estruturas organizativas e produtivas. Assim, por estar presente nos acampamentos de estradas, nas ocupações dos latifúndios e nos assentamentos regularizados, o MST passou a combinar a espacialização da luta com a territorialização deste próprio movimento nos assentamentos (OLIVEIRA, 2001).

A principal colaboração do MST para a organização da produção nos assentamentos foi o incentivo à cooperação agrícola. O pilar básico da lógica cooperada de produção, segundo Stédile & Fernandes (2005), provém da eficiência que o trabalho cooperativo proporciona em terras trabalhadas coletivamente. Para esses autores, o formato da divisão do trabalho seria superior porque, do ponto de vista econômico, a renda da produção total seria dividida entre todos, e, assim, haveria garantia de que os benefícios provocados pelos avanços técnicos atingissem todas as famílias da unidade produtiva cooperada. Além disso, afirma-se que a instauração da cooperativa significaria democratizar o acesso ao crédito, aos canais de comercialização e à base produtiva agroindustrial, já que seria difícil para o camponês individualmente gerir uma agroindústria ou controlar o comércio. Portanto, a especialização dos assentados em torno de uma atividade econômica comum, na forma cooperativa, seria parte fundamental do aumento da produtividade e do desenvolvimento das forças produtivas que, em sua forma mais complexa, teria a configuração de agroindústria familiar (STÉDILE & FERNANDES, 2005).

Nesta lógica, nota-se que a partir de 1989 começaram a ser formadas as primeiras Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPAs), representações agroindustriais cujo modelo de organização implica a proporcional remuneração do trabalho e a distribuição dos rendimentos entre seus associados. Para se fortalecer internamente, coordenar a produção dos assentamentos e representar politicamente os assentados, o MST fundou, em 1992, a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), a partir de cooperativas de produção e comercialização de base e cooperativas centrais estaduais (STÉDILE & FERNANDES, 2005). A partir de então foi criado o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), cuja função é a de articular estrategicamente as CPAs presentes nos assentamentos. Para capacitar a gestão dos dirigentes das cooperativas, passou-se a ministrar, a partir de 1993, o Curso Técnico em Administração de Cooperativas (TAC). Finalmente, em 1995, foi constituído o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA), instituição responsável pela formação técnica dos trabalhadores cooperativados.

Importante destacar que a evolução econômica das CPAs pretendia ultrapassar a barreira da produção de subsistência e do comércio local de excedentes para atingir uma atividade competitiva em mercados formais e ampliar o volume de renda auferido pelos assentados. Logo, este processo marca a reconfiguração “de um produto conservado para a subsistência (valor de uso) da família rural, para um produto comercial com um valor de troca e, portanto, como fonte de renda da unidade de produção familiar” (MIOR, 2007, p. 8). Diante disso, a cooperativa e a agroindústria convertem-se em táticas interligadas e substanciais para as famílias rurais. Nesta direção, Eid *et al.* (2015) interpretaram a agroindustrialização como a etapa de maior amadurecimento dos assentamentos de reforma agrária, cujo percurso inicia com a conquista da terra, passa pelo assentamento de famílias e tem sequência com a produção inicial para subsistência e também produção de excedente para comercialização, chegando à etapa agroindustrial.

Dentre as principais características das cooperativas agroindustriais familiares, destacam-se: a substituição dos produtos finais *in natura* por industrializados; maiores preços na venda dos produtos agroindustriais; a qualidade do produto; trabalho e gestão familiares; a localização no meio rural; matéria-prima da própria terra ou de vizinhos; processos artesanais específicos; e utilização de máquinas e equipamentos em escalas menores comparativamente às agroindústrias convencionais. A incorporação da dinâmica agroindustrial nos moldes familiares delimitados, entretanto, depende da mobilização dos mais diversos meios. Esses meios abrangem desde “recursos internos das famílias e propriedades rurais (matérias-primas, competências familiares, recursos financeiros etc.) até os externos presentes ou possíveis de mobilizar nos espaços locais e regionais” (MIOR, 2003, p. 189).

Todavia, a expansão da agroindústria familiar como meio de reprodução dos pequenos produtores rurais ganhou maior projeção no processo recente de reestruturação dos mercados agroalimentares, devido à crescente demanda por produtos da agricultura familiar, que passaram a ser associados à tradição, à natureza, ao artesanal e ao local (WESZ, 2009). Nos últimos anos, “o Brasil tem vivenciado a incrustação de políticas públicas de segurança alimentar consideradas mais alternativas nos diversos âmbitos governamentais” (BERGAMASCO; ALMEIDA, 2009, p. 97). Tais políticas interagem de maneira estruturante com os princípios de erradicação da fome e da pobreza, tendo a agricultura familiar como um substrato relevante. Desta forma, criou-se um elo entre a segurança alimentar e os pequenos produtores, principalmente por meio da criação dos mercados institucionais, especialmente o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Neste contexto, os assentamentos de reforma agrária receberam um aporte elevado de políticas públicas, seja pelo número de programas destinados ao financiamento da produção e de tecnologias e de programas de apoio à agroindustrialização, seja pela criação de mercados direcionados, como foi o caso das compras institucionais. No entanto, resta saber se essas políticas de reestruturação dos assentamentos são suficientes para garantir a sobrevivência dos mesmos frente à dinâmica do capital no campo, especialmente numa conjuntura em os preços que sustentaram o *boom das commodities* apresentam tendência de queda.

Agroindústrias familiares e os assentamentos rurais

Situação dos assentamentos

Sob o prisma da evolução produtiva dos assentamentos, até ser considerado um projeto consolidado, tais assentamentos passam por quatro fases, segundo o INCRA: assentamento criado; em instalação; em estruturação; e em consolidação. A primeira situação indica que o espaço do PA consta legalmente como território da política de assentamentos. O assentamento em instalação assinala o trâmite da divisão dos lotes, o ingresso das famílias em suas glebas e o aporte dos primeiros créditos relacionados à compra de itens de primeiras necessidades e ferramentas e insumos para produção de subsistência. A fase de estruturação marca o início dos investimentos em infraestrutura desembolsados pelo INCRA, o apoio de serviços de assistência técnica e a inclusão produtiva das famílias por meio de microcréditos. Por fim, a etapa de consolidação dos assentamentos refere-se a uma situação em que os assentados, já estabilizados produtivamente, buscam expandir a produção e sua renda.

As informações contidas em diversos relatórios do INCRA indicam que até o final de 2015, cerca de 54,8% dos assentamentos estavam registrados como “Assentamentos Criados” ou “Assentamentos em instalação”. Este número de PAs equivale a 54,3% das famílias assentadas e a 67,3% da área total destinada à reforma agrária, como mostra a Tabela 3. Isso quer dizer que mais da metade dos assentamentos rurais do Brasil limitam-se à produção de subsistência, ou seja, a maior parte dos projetos de assentamentos do Brasil não desempenha atividade agroindustrial. Os assentamentos oficialmente registrados como consolidados representam 5,4% do total, detendo 8,5% das famílias e 9,2% da área. São proporções bem menores em relação às outras situações, o que indica um entrave substancial na trajetória do desenvolvimento das estruturas de produção e certa fragilidade na estabilização do ciclo da atividade econômica.

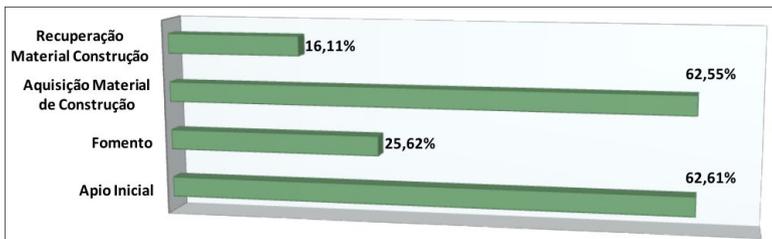
Tabela 3 – Situação dos Projetos de Assentamentos no Brasil em 2015

Situação do PA	Assentamentos	%	Famílias assentadas	%	Área
Criados	3.466	37,3	362.793	37,4	26,4
Em instalação	1.627	17,5	163.456	16,9	32,9
Em estruturação	2.582	27,8	225.324	23,2	11,6
Em consolidação	1.113	12,0	135.617	14,0	9,1
Consolidados	502	5,4	82.450	8,5	8,0
Total	9.290	100,0	969.640	100,0	88,2

Fonte: INCRA, relatórios de diversos anos. Elaboração dos autores.

A relação dos financiamentos desembolsados pelo INCRA, ilustrada no Gráfico 1, reafirma a situação econômica pouco favorável dos assentados. Com base na Pesquisa Sobre Qualidade de Vida, Produção e Renda dos Assentamentos da Reforma Agrária (PQRA), realizada pelo órgão no ano de 2010, cerca de 62% dos assentamentos obtiveram créditos destinados à estabilização da moradia no lote. Em contrapartida, os créditos destinados ao fomento produtivo atingiram apenas 25% dos assentamentos, refletindo entraves no desenvolvimento da produção e na evolução do financiamento.

Gráfico 1 – Percentual dos assentamentos com acesso aos créditos do INCRA (2010)



Fonte: Pesquisa Sobre Qualidade de Vida, Produção e Renda dos Assentamentos da Reforma Agrária (2010). **Elaboração:** INCRA.

A Tabela 4 sintetiza informações disponíveis sobre os principais programas de apoio aos assentamentos que independem do INCRA. Foram sistematizadas informações de assentamentos que acessam créditos rurais por meio da Declaração de Aptidão (DAP) “A” do PRONAF, do Programa Terra Forte de agroindustrialização do BNDES e do Programa do Governo Federal de Aceleração do Crescimento (PAC). Além disso, os dados esboçam a renda *per capita* dos assentamentos

mediante o número de famílias incluídas no Cadastro Único (CAD) de renda *per capita* menor do que R\$70,00 e no Programa Bolsa Família, cujo apoio beneficia as famílias com renda *per capita* de zero a R\$154,00. Ademais, para completar o panorama econômico dos assentamentos, foi levantada a fatia dos assentamentos que utilizam o PAA para fazer o escoamento de sua produção. Neste ponto, constatou-se que apenas 6,2% das unidades familiares usufruem do PAA, expondo um gargalo na comercialização.

A leitura dos números abaixo revela que o programa de maior abrangência é o PAC, que distribuiu pelo menos uma máquina ou equipamento para cada um dos assentamentos registrados na amostra do INCRA. Os outros registros indicam que cerca 51% das famílias nos assentamentos tem a declaração "A" do PRONAF e, conseqüentemente, usufruem dos créditos deste programa. Apesar do PRONAF incluir metade das famílias assentadas, a capilaridade do programa revela-se limitada para uma linha de crédito que visa ser o principal canal de democratização do acesso aos financiamentos produtivos camponeses. Vale salientar que em torno de 41% das famílias assentadas possuem renda *per capita* menor do que R\$70,00 e cerca de 43% tem entre zero e R\$154,00. Estes indicadores mostram, uma vez mais, a limitação financeira para a reprodução econômica e social dos agricultores assentados.

Tabela 4 – Proporção amostral de famílias incluídas nas ações do governo – out/2015 - Brasil

Ação	Registros amostral de assentamentos	Amostra total de Famílias	Famílias incluídas nas ações	Proporção das famílias incluídas nas ações (%)
PRONAF – DAP A	890	110.336	56.142	50,88
Terra Forte	1.079	128.787	60.616	47,07
PAC	7.907	760.086	760.086	100,00
PAA	1.676	250.541	15.450	6,17
CAD 70	9.128	968.237	396.223	40,92
Bolsa Família	9.128	968.237	415.701	42,93

Fonte: INCRA - Relatórios SIPRA.

Observa-se, ainda, que 47,07% das famílias que compõem a amostra do INCRA usufruem do Programa Terra Forte. Esse programa do BNDES visa aplicar R\$300 milhões em projetos de implantação e/ou modernização de estruturas agroindustriais dos Projetos de Assentamentos. Os beneficiários concorrem ao financiamento por meio de editais e devem estar organizados em cooperativas ou associações. Ao analisar com mais detalhes a abrangência do Programa Terra Forte (via

relatórios SIPRA), verificamos que 2,59% dos PAs incluídos no programa têm sua situação “Consolidada”, 9,55% em “Consolidação”, 18,91% em “Estruturação” e 69,05% em “Criação” ou “Instalação”. Essas informações expõem que a maior proporção do programa Terra Forte situa-se nos assentamentos em estágios iniciais, ou seja, existe uma política de iniciar a atividade produtiva dos assentamentos a partir de uma base agroindustrial. Por um lado, os dados indicam a política de agroindustrialização como parte do processo de estabilização econômica, por outro, mostram que a trajetória dos 5,4% de assentamentos já consolidados (vide Tabela 2) não foi necessariamente estabelecida a partir da atividade agroindustrial.

O crédito rural e o PRONAF

A análise sobre o crédito rural busca compreender a dinâmica das vias financeiras e creditícias que apoiam os assentamentos da reforma agrária. Deste modo, esta seção organizou informações contidas no Anuário Estatístico de Crédito Rural, disponibilizado pelo Banco Central do Brasil, para esboçar um panorama geral da evolução do crédito no campo. Todavia, cabe ressaltar que a inexistência de informações financeiras públicas sobre os assentamentos em específico, tanto por parte do Banco Central ou Banco do Brasil, como por parte do INCRA e do MDA, limitou a precisão da pesquisa. Para contornar este problema, a saída encontrada foi analisar os dados do PRONAF, principal programa para os agricultores familiares, incluindo aí os assentamentos rurais nas categorias beneficiárias. Esta alternativa permitiu uma aproximação maior ao objeto estudado por basear-se na produção familiar. Todavia, não possibilitou a diferenciação do percentual de crédito entre as unidades familiares assentadas e o restante das demais categorias de agricultores familiares.

Nesta perspectiva, a Tabela 5 sistematiza as informações referentes às operações totais de créditos rurais e do PRONAF no período entre 1999 e 2014. Os dados mostram que o volume de total de crédito no período somou cerca de R\$1,4 trilhão. Deste montante, aproximadamente R\$193,8 bilhões foram direcionados pelo PRONAF, significando que apenas 13,8% do montante total do crédito rural foi destinado aos agricultores familiares. Percebe-se que a expansão anual dos créditos fornecidos pelo PRONAF acompanha o aumento do crédito para os demais produtores, mantendo a proporção da verba destinada aos agricultores familiares entre 10% e 15% do total anual de créditos dispendidos no espaço rural. Isto é, apesar da política de fortalecimento de crédito voltada aos agricultores familiares, são os grandes proprietários não familiares que continuam recebendo a maior parcela dos financiamentos para o campo.

Tabela 5 – Evolução do crédito rural no Brasil a preços de 2014

Ano	Crédito Rural Geral (R\$)*	PRONAF (R\$)*	Proporção entre geral e o PRONAF ao ano (%)
1999	42.532.183.609	6.412.401.058	15,08
2000	41.441.931.120	5.608.662.810	13,53
2001	49.144.514.387	6.055.358.190	12,32
2002	55.681.465.880	5.991.246.309	10,76
2003	61.042.675.744	6.198.732.010	10,15
2004	73.730.962.754	8.000.442.085	10,85
2005	68.215.008.702	9.406.008.775	13,79
2006	70.284.608.145	11.508.171.500	16,37
2007	79.161.208.509	11.020.496.667	13,92
2008	94.885.891.951	12.424.580.362	13,09
2009	98.812.240.022	14.744.197.613	14,92
2010	109.439.858.397	15.985.498.713	14,61
2011	112.742.243.973	15.938.358.020	14,14
2012	130.871.034.122	18.663.670.116	14,26
2013	150.523.196.450	21.102.523.411	14,02
2014	166.217.112.837	24.701.263.137	14,86
Total	1.404.726.136.602	193.761.610.775	13,79

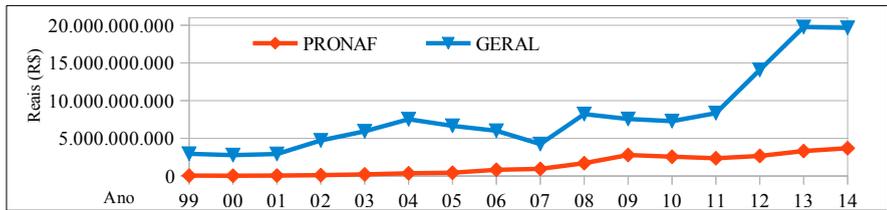
Fonte: Anuário Estatístico de Crédito Rural – Banco Central do Brasil.

Elaboração própria.

* Volume de crédito corrigido pelo IGP-DI com base em jan. de 2014.

Quanto aos créditos destinados à agroindustrialização e às melhorias da base técnica de produção, o Anuário Estatístico fornece dados sobre o custeio de unidades agrícolas e pecuárias que almejam “beneficiamento da produção ou industrialização”. Além dessa categoria, referido anuário mostra a evolução da tecnologia no campo pelos investimentos agropecuários para “aquisição de máquinas e equipamentos”. Nesta direção, o Gráfico 2 ilustra a evolução dos créditos que serviram como custeio para a agroindustrialização ou investimentos em máquinas. As informações revelam que no ano de 2014 a porção anual do PRONAF utilizada na melhoria da base técnica não ultrapassou R\$4 bilhões, enquanto o crédito total para esse programa aproximou-se dos R\$20 bilhões. Com isso, nota-se que menos de 20% de todo o crédito aplicado pelo PRONAF foi destinado para melhorias técnicas dos produtores de base não familiar.

Gráfico 2 - Evolução real ao ano dos créditos destinados ao beneficiamento ou industrialização e aquisição de máquinas e equipamentos, a preços de 2014 - Brasil



Fonte: Anuário de Crédito Rural - Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

Considerações finais

Ao longo deste artigo procurou-se compreender como as agroindústrias se transformaram em uma estratégia de desenvolvimento econômico para os assentamentos da reforma agrária. Para tanto, revisitamos a formação histórica dos assentamentos, bem como da política estatal de apoio aos trabalhadores rurais sem terra. Em seguida, discutimos a dinâmica de inserção da tecnologia e do capital no espaço rural brasileiro. Levantamos brevemente a situação atual dos PAs identificando, através do nível de consolidação, da relação com os créditos disponibilizados pelo INCRA e outros programas de apoio que possam atingir a estrutura produtiva agroindustrial. Por fim, analisamos a circulação do crédito rural, estratificando o PRONAF, para analisar as tendências de financiamento no campo.

O primeiro ponto a ser destacado é a atuação do Estado em todo o contexto rural. A influência do poder público sobre os rumos das terras iniciou com o processo de modernização conservadora, quando a promulgação do Estatuto da Terra enquadrou a reforma agrária sob sua jurisdição e transformou-a numa política fundiária de concessão de assentamentos. Neste mesmo período, a opção governamental pelo modelo exportador de *commodities* aprofundou as relações do capital no campo e tornou o agronegócio regra política, sustentada pelo argumento do equilíbrio da Balança Comercial. Ressalta-se que o Estado continua sendo o regente da dinâmica rural, como mostrou a cifra de créditos rurais públicos.

O direcionamento da política rural se refletiu sobre a inserção tecnológica no campo. Essa política influenciou a forma e o rumo com que a tecnologia agroindustrial chegou aos agricultores familiares, provocando uma reprodução do *modus operandi* dos grandes complexos agroindustriais em algumas partes desse segmento produtor. A

reflexividade do padrão produtivista, neste sentido, indicou desvantagens na produtividade agroindustrial familiar em relação aos grandes complexos detentores de terra e de capital. Isso porque a agroindustrialização, contraditoriamente, eleva o preço de venda dos pequenos produtores, mas, ao mesmo tempo, esse ganho de preço é limitado pela competição com os grandes complexos, que detêm as terras; amplo acesso tecnológico; e poder financeiro e comercial. Essa dinâmica indica a existência de efeitos negativos sobre a apropriação da renda por parte dos pequenos produtores, fato que pode ser classificado como um limite da agroindustrialização enquanto caminho para a superação das desvantagens provocadas pela concentração da terra e do capital nas médias e grandes propriedades rurais.

Por fim, o trabalho mostrou a persistência de um baixo índice de consolidação dos assentamentos rurais, mesmo numa conjuntura em que se preza pelo desenvolvimento produtivo. Essa situação pode ser explicada pela insuficiência de programas mais expressivos de apoio aos assentados; pela baixa adaptação das famílias para receber e incorporar tecnologias; pela democratização aparente do sistema de crédito rural. Nesse caso particular, nota-se que, apesar de aumentar em termos absolutos, o percentual médio destinado aos agricultores familiares em relação ao total de crédito disponível para o setor rural praticamente manteve-se estável ao longo dos anos. Nesse contexto cabe um questionamento em relação aos assentamentos da reforma agrária: seria a agroindustrialização a solução para os impasses produtivos dos assentamentos ou é chegado o momento de se repensar a própria política de reforma agrária?

Num contexto econômico rural que historicamente privilegiou a exploração extensiva da terra, se a transformação da base produtiva não for acompanhada da ruptura com o aparato político e econômico dominado pelo agronegócio, provavelmente o desenvolvimento dos assentamentos continuará limitado, permanecendo marginalizado no âmbito da produção rural. Nessa direção, acreditamos que a sustentabilidade econômica dos assentamentos rurais está mais ligada à busca de alternativas que ampliem as perspectivas produtivas e comerciais dos assentados da reforma agrária, ao mesmo tempo em que se fortaleçam os mercados locais e regionais como caminho alternativo para a realização da produção e melhoria das condições socioeconômicas das famílias assentadas.

Referências bibliográficas

- BERGAMASCO, Sônia Maria; ALMEIDA, Luiz Manoel. Agroindústrias rurais e segurança alimentar: um novo modelo de desenvolvimento nos assentamentos? *Retratos de Assentamentos*, Araraquara, n. 12, 2009, p. 87-108.
- BORGES, Juliano Luis. MST: Do produtivismo à agroecologia. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SOCIOLOGIA & POLÍTICA, 1., 2009, Curitiba. Grupo de Trabalho 7: Ruralidade e Meio Ambiente. Curitiba: UFPR, 2009. p. 1-22.
- BRASIL. *Lei 601, de 18 de Setembro de 1850*. Dispõe sobre as terras devolutas do Império.
- BRUNO, Regina. O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 5, nov. 1995, p. 5-31.
- DELGADO, Guilherme C. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século*. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2012. 139 p.
- _____. Economia do agronegócio (anos 2000) como pacto do poder com os donos da terra. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – Abra: Agronegócio e Realidade Agrária no Brasil*, jul. 2013, p. 61-68, Edição Especial.
- EID, Farid *et al.* Políticas de agroindustrialização em assentamentos da reforma agrária: uma análise do dialogo entre a prática das cooperativas do MST e as políticas governamentais. *Tecnologia e Sociedade*, Curitiba, v. 11, n. 22, jun. 2015, p. 1-31, Edição Especial XII Encontro Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social.
- ESQUERDO, Vanilde de S.; BERGAMASCO, Sonia M.. Balanço sobre a reforma agrária brasileira nas duas últimas décadas. *Interciencia*, Caracas, Venezuela, v. 38, n. 8, ago. 2013, p. 563-569.
- FALCÓN, Maria Lúcia. *Discurso de posse do INCRA*. [mensagem pública] Mensagem recebida por: <Ministro Patrus Ananias e Secretária Executiva> em: 30 mar. 2015.
- FERNANDES, B. M. *A formação do MST no Brasil*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. 319 p.
- GRAZIANO, José. *Tecnologia & Agricultura Familiar*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999. 240 p. (Estudos Rurais).
- _____. Do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: ____ *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: UNICAMP /IE, 1996. p. 1-40.
- IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *O Perfil da Agroindústria Rural no Brasil: Uma análise com base nos dados do Censo Agropecuário 2006*. Brasília: Ipea, 2013.

- MATOS, Patrícia F.; PESSÔA, Vera Lúcia S.. A modernização da agricultura no Brasil e os novos usos do território. *Revista Geo Uerj*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 22, jul. 2011, p. 290-322.
- MATTEI, Lauro. A reforma agrária brasileira: evolução do número de famílias assentadas no período pós-redemocratização do país. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, abr. 2012, p. 301-325.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *A luta pela terra no Brasil*. 2009. Palestra. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/gsi/saei/palestra/cgeevf.pdf>>. Acesso em: 3 ago. 2015.
- MENDONÇA, Sônia Regina. Entidades patronais e reforma agrária: Do Estatuto da Terra ao limiar dos anos de 1980. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). *A questão agrária no Brasil: A classe dominante agrária - natureza e comportamento 1964 - 1990*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 200 p.
- MENDONÇA, Maria L.; RESENDE, Marcelo. A contra-reforma agrária no Brasil. in: MARTINS, Mônica Dias. *O Banco Mundial e a Terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia*. 1 Ed. São Paulo: Boitempo. 2004. p. 75-79.
- MIOR, Luiz Carlos. *Agricultores familiares, agroindústrias e território: A dinâmica das redes de desenvolvimento rural no Oeste Catarinense..* 2003. 316 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Humanas - Sociedade e Meio Ambiente, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.
- _____. Agricultura familiar, agroindústria e desenvolvimento territorial. In: I COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL, 1, 2007, Florianópolis. *Núcleo Transdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento*, p. 1-15.
- MONTEIRO, Dion Márcio Carvaló. *Estudo sobre a organização da produção em área de assentamento no sudeste do Pará*. 2004. 98 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Planejamento do Desenvolvimento, Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.
- MORAIS, Clodomir Santos de. História das Ligas Camponesas no Brasil (1969) In: STÉDILE, João Pedro (Org.). *A questão agrária no Brasil: História e natureza das Ligas Camponesas 1954 - 1965*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 21-76.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. *Estudos Avançados: Dossiê Desenvolvimento Rural*, São Paulo, v. 15, n. 43, set./dez. 2001, p. 185-206.
- _____. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil In: STÉDILE, João Pedro; ESTEVAM, Douglas

(Org.). *A questão agrária no Brasil VII: O debate na década de 2000 - 2010*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 103-172.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava Gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. 168 p.

WESZ JUNIOR, Valdemar João. *As políticas públicas de agroindustrialização na agricultura familiar: análise e avaliação da experiência brasileira*. 2009. 236 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ, 2009.

MATTEI, Lauro Franciso e Daniel Cardoso de Andrade. Agroindústrias e projetos de assentamentos de reforma agrária: considerações acerca da trajetória recente. *Estudos Sociedade e Agricultura*, fevereiro de 2017, vol. 25, n. 1, p. 83-106, ISSN 1413-0580.

Resumo: (*Agroindústrias e projetos de assentamentos de reforma agrária: considerações acerca da trajetória recente*). O debate sobre a estabilidade econômica dos assentamentos rurais ganhou força a partir da década de 1990. Essa discussão persiste até os dias atuais devido às dificuldades enfrentadas pelas famílias assentadas para ultrapassar a barreira do autoconsumo e aumentar a produção e o nível de renda. A transformação das estruturas produtivas rurais tornou-se peça fundamental para a compreensão da questão econômica dos assentamentos, uma vez que em um determinado momento as organizações dos assentados entenderam que a agroindustrialização da produção seria a solução ideal para o sucesso dos referidos assentamentos. A partir da trajetória dos assentamentos, da evolução histórica das estruturas produtivas no campo e de uma pesquisa quantitativa sobre o tema, este artigo discutiu o contexto da reforma agrária nacional, procurando esclarecer temas econômicos dos assentamentos. De uma maneira geral, concluiu-se que os impasses produtivos dos assentamentos estão fortemente relacionados ao modelo de crescimento econômico baseado no agronegócio e na concentração de terras. Isso porque está constatado que a produção dos assentamentos e o nível tecnológico de suas estruturas produtivas detêm uma série de desvantagens e limitações comparativamente aos grandes produtores e complexos agroindustriais.

Palavras-chave: assentamentos rurais, reforma agrária, estruturas produtivas, agroindústria.

Abstract: (*Agroindustries and agrarian reform settlement projects: considerations about their recent trajectory*). The debate about economic stability of rural settlements gained momentum in the 1990s and remains on today's agenda. This discussion persists because of the difficulties faced by settled families in surpassing the barrier of self-consumption and increase their production and income levels. The transformations underway in rural productive structures became key to understanding economic issues in the settlements, since producer associations in the settlements perceived that their engagement in agroindustrial production had become the main solution for successful settlement. Based on the history of the settlements, the evolution of production structures in the countryside and using quantitative study of the subject, this paper aims to outline the context of the national agrarian reform and discuss the economic dynamics of the settlements. In general, the study indicated that the productive barriers faced by settlements are strongly associated with the economic growth model based on agribusiness and land concentration. It was found that the production of the settlements and the technological level of its productive structures possess a number of disadvantages and limitations when compared with large-scale producers and agro-industrial complexes.

Keywords: rural settlements, land reform, productive structures, agro industry.

Recebido em fevereiro de 2017.

Aceito em fevereiro de 2017.